



Políticas de reconhecimento e sofrimento psíquico em tempos neoliberais

Jainara Gomes de Oliveira (CAPES/PPGANT/UFGD - gomes.jainara@gmail.com).¹
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9944-0492>

Resumo: Neste artigo, discuto as circunstâncias sociais e econômicas nas quais as problemáticas políticas em torno das reivindicações por reconhecimento e das reivindicações por igualdade social têm exigido uma conceitualização que considere também a natureza disciplinar característica do discurso neoliberal sobre a responsabilidade individual pela felicidade e pelo sofrimento. No contexto desse discurso, emergem determinadas prescrições relativas às maneiras específicas como os sujeitos devem narrar e reconhecer certas modalidades de sofrimento. Nesse sentido, a determinação da legitimidade ou não do sofrimento se apresenta como uma questão também política, além de clínica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada junto a mulheres residentes na cidade de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Reconhecimento, Redistribuição, Neoliberalismo, Felicidade, Sofrimento.

Policies of recognition and psychic suffering in neoliberal times

Abstract: In this article, I discuss the social and economic circumstances in which the political issues surrounding demands for recognition and demands for social equality have required a conceptualization that also takes into account the disciplinary nature of the neoliberal discourse on individual responsibility for happiness and suffering. In the context of this discourse, certain prescriptions emerge regarding the specific ways individuals should narrate and recognize certain modalities of suffering. In this sense, determining the legitimacy or otherwise of suffering presents itself as a political issue as well as a clinical one. This is a qualitative research conducted with women residing in the city of Dourados, in the state of Mato Grosso do Sul, Brazil.

Keywords: Recognition, Redistribution, Neoliberalism, Happiness, Suffering.

Políticas de reconocimiento y sufrimiento psíquico en tiempos neoliberales

Resumen: En este artículo, discuto las circunstancias sociales y económicas en las que las problemáticas políticas en torno a las reivindicaciones por reconocimiento y las reivindicaciones por igualdad social han exigido una conceptualización que también considere la naturaleza disciplinaria característica del discurso neoliberal sobre la responsabilidad individual por la felicidad y el sufrimiento. En el contexto de este discurso, emergen ciertas prescripciones relativas a las maneras específicas en que los sujetos deben narrar y reconocer ciertas modalidades de sufrimiento. En este sentido, la determinación de la legitimidad o no del sufrimiento se presenta como una cuestión también política, además de clínica. Esta es una investigación cualitativa realizada con mujeres residentes en la ciudad de Dourados, en el estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.

Palabras clave: Reconocimiento, Redistribución, Neoliberalismo, Felicidad, Sufrimiento.

¹ Professora colaboradora e pesquisadora de pós-doutorado, com bolsa da CAPES, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGANT/UFGD).



Introdução

Ao menos desde os anos de 1980, compartilha-se um diagnóstico histórico segundo o qual diversas coletividades sociais têm reivindicado o reconhecimento da diferença e se mobilizado politicamente em torno da identidade. Nesse processo, a redistribuição socioeconômica foi deslocada, e a luta política passou a ter o reconhecimento como principal objetivo. À medida que passaram a contestar cada vez mais as injustiças, suas reivindicações relativas às mudanças culturais e econômicas começaram a se sobrepor ou a entrar em conflito, o que, por sua vez, aponta para a complexidade do campo político contemporâneo. Trata-se, nesse sentido, de um campo político que se caracteriza por várias complexidades. Entre elas, pode-se ressaltar as circunstâncias sociais e econômicas em que as problemáticas políticas em torno das reivindicações por reconhecimento e das reivindicações por igualdade social têm exigido uma conceitualização multifacetada (Oliveira; Oliveira, 2024).

Gostaria de ressaltar, no entanto, que essas lutas por reconhecimento ganharam centralidade em um momento histórico marcado pelo exacerbamento global da desigualdade material que assinala que a discussão sobre justiça exige uma perspectiva crítica que busque combinar, de maneira coerente, políticas culturais da diferença (reconhecimento) e políticas sociais de igualdade (redistribuição). Trata-se, ao discutir a relação entre essas duas problemáticas políticas, de tentar propor uma análise que reforce esses paradigmas, em vez de enfraquecê-los. Portanto, faz-se necessário também ressaltar os dilemas políticos que estão ligados ao combate das injustiças culturais e socioeconômicas, uma vez que tais dilemas se referem, sobretudo, à dissociação entre reconhecimento e redistribuição, o que, por vezes, pode enfraquecer ambos.

Essa discussão sobre essas duas problemáticas políticas está ligada ao processo pelo qual a razão neoliberal tem submetido, ao menos desde os anos de 1970, as várias esferas da nossa existência à economização. Nesse sentido, considero que não se pode conceber o neoliberalismo apenas como ideologia ou políticas econômicas que, em conjunto, promovem a desregulamentação, a



privatização e a mercantilização, assim como a securitização e a austeridade. Trata-se, sobretudo, de concebê-lo como uma forma normativa de razão que produz determinados modos de subjetivação e ordens de significados em termos social e de valor, isto é, uma razão normativa que produz e forma o mundo. Em outras palavras:

[a racionalidade neoliberal] economiza todas as esferas e os esforços humanos, e substitui um modelo de sociedade baseada em um contrato social produtor de justiça por uma sociedade concebida e organizada como mercados, e com Estados orientados pelas necessidades do mercado. À medida que a racionalidade neoliberal se torna nosso senso comum generalizado, seus princípios não governam apenas por meio do Estado, mas também se espalham pelos locais de trabalho, pelas escolas, pelos hospitais, pelas academias, pelas viagens aéreas, pelo policiamento e por todas as formas do desejo e das decisões humanas (Brown, 2021, p. 96-97).

Neste artigo², essa discussão também está baseada em uma pesquisa qualitativa realizada na cidade de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul, junto a mulheres heterossexuais, bissexuais e/ou lésbicas, brancas, negras e/ou pardas, jovens e/ou adultas, que residem nessa cidade e pertencem a diferentes estratos socioeconômicos. Pretendo, assim, focar nos pontos de ligação entre esse debate sobre reconhecimento, redistribuição e seus dilemas e sua articulação com o debate sobre felicidade, sofrimento e seus possíveis desdobramentos analíticos, tendo o neoliberalismo como contexto sócio-histórico.

Reconhecimento, redistribuição e seus dilemas

Desde o fim do século XX, como mencionado anteriormente, diversas coletividades têm lutado politicamente pelo reconhecimento da diferença e contestado várias injustiças socioeconômicas e culturais. Diferentes teóricos sociais têm, de maneira ampla, tentado oferecer uma conceitualização da natureza da injustiça econômica e da injustiça cultural.

² Este artigo resulta da pesquisa de pós-doutorado que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGANT/UFGD), com bolsa da CAPES e supervisão do Prof. Dr. Esmael Alves de Oliveira, a quem agradeço, respectivamente, pela bolsa e pela supervisão. Agradeço à Chiara Albino pela leitura atenciosa deste artigo.



Na síntese sugerida por Fraser (2022), pode-se dizer que as bases da injustiça econômica estão ligadas, por exemplo, à exploração, à marginalização econômica e à privação; e as bases da injustiça cultural estão ligadas à dominação cultural, à ausência de reconhecimento e ao desrespeito. Ambas as injustiças estão enraizadas nas práticas que desfavorecem certos sujeitos para favorecer outros e que constituem sobremaneira as sociedades capitalistas contemporâneas, o que, por sua vez, assinala uma relevante imbricação política entre economia e cultura.

Mesmo as instituições econômicas mais materiais possuem uma dimensão cultural constitutiva e irredutível; essas instituições são perpassadas por normas e significações. Da mesma maneira, até mesmo as práticas culturais mais discursivas possuem uma dimensão político-econômica constitutiva e irredutível; essas práticas estão ancoradas em bases materiais. Assim, longe de ocupar duas esferas hermeticamente separadas, muitas vezes a injustiça econômica e a injustiça cultural estão mutuamente imbricadas e se reforçam dialeticamente. Normas culturais injustamente enviesadas contra alguns grupos são institucionalizadas no Estado e na economia; enquanto isso, o desfavorecimento econômico impede a participação igual na produção de cultura em esferas públicas e na vida cotidiana. O resultado é, com frequência, um círculo vicioso de subordinação cultural e econômica (Fraser, 2022, p. 32).

Dessa forma, mesmo ao assinalarmos as diferenças entre injustiça econômica e injustiça cultural e tentarmos distingui-las analiticamente, faz-se necessário ressaltarmos o imbricamento mútuo entre elas. Mas, ao mesmo tempo, torna-se também importante considerarmos os remédios que correspondem a essas duas injustiças.

Se partirmos do pressuposto de que a injustiça econômica implica redistribuição e a injustiça cultural exige reconhecimento e, por conseguinte, distinguirmos analiticamente os remédios redistributivos e os remédios de reconhecimento, precisaremos lidar com um dilema espinhoso que suscita questões pertinentes: “qual é a relação entre reivindicações de reconhecimento, que visam solucionar a injustiça cultural, e reivindicações de redistribuição, que visam corrigir a injustiça econômica? Que tipos de interferência mútua podem surgir quando reivindicamos ambas simultaneamente?” (Fraser, 2022, p. 34).



Essas interferências mútuas levantam uma preocupação relativa às reivindicações de reconhecimento que, ao marcarem a especificidade de certos modos de coletividades sociais, buscam promover a sua diferenciação, assim como às reivindicações de redistribuição que, ao abolirem arranjos econômicos que sustentam a especificidade das coletividades sociais, promovem a sua desdiferenciação. Como resultado, se, por um lado, a política de reconhecimento pode promover a diferenciação das coletividades sociais, por outro, a política de redistribuição pode enfraquecê-las, criando assim uma tensão entre esses dois modelos de reivindicação de justiça.

No entanto, em vez de descartar essa tensão, considero que devemos enfrentá-la, uma vez que os sujeitos submetidos tanto à injustiça cultural quanto à injustiça econômica necessitam não apenas de reconhecimento, mas também de redistribuição. Proponho, nesse sentido, que as lutas políticas dessas coletividades sociais não devem ser concebidas como “meramente” culturais, “identitárias” ou “particularistas”, o que implica, por sua vez, não presumir uma distinção estável, ainda que aparente, entre a vida material e a vida cultural (Butler, 2016, p. 233; Fraser, 2017; Oliveira, 2022). Para contribuir com essa discussão, também gostaria de mobilizar analiticamente as narrativas de mulheres heterossexuais, bissexuais e/ou lésbicas, brancas, negras e/ou pardas, jovens e/ou adultas, que residem cidade de Dourados (MS) e pertencem a diferentes estratos socioeconômicos.

Neoliberalismo, felicidade, sofrimento e seus desdobramentos

Carol (branca, bissexual, 38 anos, classe média-baixa) contou-me que havia se separado do marido recentemente. Sentindo-se abandonada por ele e sem poder continuar contando com seu apoio econômico, ela se viu desamparada e forçada a se mudar do apartamento onde moravam. Mantendo-se apenas com uma pequena reserva financeira, foi acolhida por um amigo que lhe ofereceu não apenas suporte emocional, como também a abrigou em sua casa. Mas, apesar dessas dificuldades, ela permanecia otimista quanto ao futuro e ansiava por uma nova contratação de trabalho.



Sem deixar-se abater pelas circunstâncias adversas, foi trabalhar como garçonete em um bar enquanto estudava para um concurso público. Dizia acreditar que aquele era um dos piores momentos de sua vida, mas que não poderia desistir de buscar a felicidade, ainda que também acreditasse que a situação poderia piorar. Segundo sua narrativa, ser feliz, apesar das dificuldades, era o que fazia a vida ter sentido.

Para ela, a atitude de sair daquela situação difícil estava ligada à sua força interior e à sua capacidade emocional de superar os fracassos. A ideia de que merecia ser feliz aparece como um dos pressupostos destacados em suas narrativas. Nesse sentido, a felicidade seria alcançada porque ela estava se esforçando para se autoaperfeiçoar emocionalmente.

Mesmo ressaltando que estava sendo ajudada por um amigo naquele momento, ela dizia que só dependia dela sair daquela situação e que todo aquele esforço pessoal seria recompensado. Em vez de se concentrar nas circunstâncias difíceis, seria mais interessante buscar se concentrar em si mesma. Ela também acreditava que poderia aproveitar aquela oportunidade para se desenvolver e crescer emocionalmente. Isso significava prestar mais atenção em como estava se sentindo naquele momento de sua vida e aprimorar suas emoções.

Julia (parda, heterossexual, 45 anos, classe média) também havia se separado do marido naquele momento. Eles moravam em casas separadas e residiam em estados diferentes. Apesar de se sentir desamparada emocionalmente pelo marido, ela já era concursada no serviço público quando tomou a decisão de terminar o casamento e não precisava do seu apoio econômico, pois ganhava o suficiente para ter uma vida financeiramente estável.

Ela dizia que todo o seu esforço para ter um casamento feliz não foi devidamente recompensado e que se sentia pessoalmente fracassada. Dedicou muitos anos para manter aquele casamento, o que, por vezes, a obrigou a desistir dos seus planos pessoais. Ela lamentava, nesse sentido, que o marido, ao contrário dela, não tivesse se esforçado o suficiente para que fossem felizes juntos.

Como suas condições financeiras permitiam, fez terapia durante esse processo de separação. Para ela, a terapia foi uma oportunidade para aprender a lidar com as



condições difíceis, o que não implicava necessariamente tentar mudá-las, mas sim buscar encontrar o bem-estar dentro de si mesma para, assim, evitar frustrações que poderiam ser deixadas de lado.

Também sentia que havia fracassado profissionalmente, apesar de ressaltar que era uma profissional competente. Esse sentido de fracasso estava ligado às suas insatisfações relativas ao trabalho e à falta de tempo para cuidar de si mesma. Como até aquele momento não enxergava a possibilidade de mudar de emprego, ela buscava não se estressar no ambiente de trabalho e atribuía isso à sua capacidade de administrar as circunstâncias.

Lívia (parda, lésbica, 30 anos, classe média-baixa) estava dividindo o apartamento com sua namorada, que também era sua colega de profissão. Conta que aquele relacionamento enfrentava muitas dificuldades, sobretudo porque já havia concluído o mestrado e conseguido um emprego remunerado, o que a permitia pagar o aluguel e as contas básicas de casa; enquanto sua namorada ainda estava cursando a graduação e sua fonte financeira era uma bolsa de estudos fornecida pela universidade.

Ela ressaltava que, apesar de se esforçar para que ambas fossem felizes juntas, era difícil deixar de lado o papel importante que a diferença de renda tinha sobre a felicidade delas. Fechar as contas no final do mês tornou-se um dos principais motivos de discussão entre elas. No entanto, dizia entender que naquele momento sua namorada não tinha condições de conseguir um emprego melhor. Reclamava que se sentia obrigada a sustentá-la, mas, por outro lado, lembrava das condições difíceis de vida pelas quais já passou e que produziram nela um sentimento constante de ansiedade frente ao futuro.

Em momentos difíceis, como esses descritos por elas, essas mulheres buscaram em sites e redes sociais profissionais que ofereciam dicas de como as pessoas poderiam se aperfeiçoar. “Eu acho que essas dicas servem para termos uma ideia do que é possível fazer em certas situações estressantes” (Carol). “Essas dicas nos dão uma ideia do que fazer para sacudir o corpo quando estamos ansiosas” (Julia). Entre as dicas oferecidas por esses profissionais e adotadas pelas interlocutoras, estavam aquelas relacionadas ao controle do estresse e da ansiedade: regar uma planta, ouvir



música, ler um livro, caminhar no parque e pedalar no bairro, por exemplo. Realizar essas pequenas tarefas possibilitava que elas se concentrassem mais no presente e, por conseguinte, se sentissem menos estressadas.

Elas me contaram, nesse sentido, que gostavam de cultivar plantas nos vasos, por exemplo, porque precisaram aprender a escolher quais seriam os recipientes mais adequados, quais cômodos da casa recebiam luz solar e por quantas horas, assim como fazer um sistema de drenagem, preparar a terra, realizar o plantio e cuidar da manutenção, para que, por fim, as plantas pudessem crescer saudáveis. Trata-se de uma tarefa que, como elas descrevem, as ajuda a se desenvolver emocionalmente em direção ao bem-estar pessoal e a viver no presente.

Uma delas, inclusive, ressaltou que cultivar plantas pode ser considerado uma atividade terapêutica, uma vez que não só ajuda a aliviar os sintomas de estresse e ansiedade, mas também oferece um sentido de realização pessoal. A dedicação e a paciência necessárias para cultivar uma planta acabam sendo concebidas, assim, como uma oportunidade para meditar e se concentrar no momento.

No início, eu achava que não fosse conseguir cultivar uma planta, porque isso exige cuidado e tempo. Também achava que precisava de muito espaço em casa para fazer isso. Mas, depois dessas dicas de que cultivar plantas ajuda no controle do estresse e da ansiedade, resolvi tentar. As primeiras tentativas não deram muito certo. Inicialmente, eu comprava plantas de supermercados, que não costumam durar muito. Depois, passei a comprar mudas em floriculturas e fui aprendendo a cuidar delas. Começar foi a parte mais importante. Quando uma planta morria, eu tinha vontade de desistir, mas não desisti e tentava de novo. Aproveito para meditar nesses momentos também. Aos poucos isso foi se tornando bem terapêutico para mim (Julia).

Além disso, esses profissionais indicavam que, para cuidar de si mesmas, as pessoas não poderiam deixar que sua autoestima fosse afetada pelas circunstâncias desafiadoras que estavam vivendo. Para evitar que sua autoestima diminuisse, essas mulheres passaram a assumir um compromisso com o seu “eu verdadeiro”, tornando-se cada vez mais “autênticas”, na medida em que essas tarefas como regar uma planta, ouvir música, ler um livro, caminhar no parque e pedalar no bairro são tomadas como interesses prioritários e que as tornam mais pacientes, permitindo assim que elas se voltem subjetivamente para suas emoções.



As narrativas dessas mulheres têm em comum a característica de que, diante de circunstâncias difíceis, elas se sentem impelidas a olhar para dentro de si mesmas e a encontrar a felicidade nessa retirada para o interior. Isso implicou, por exemplo, evitar frustrações desnecessárias. Por isso, em vez de tentar mudar as circunstâncias que estavam vivendo, elas tentaram mudar a maneira como estavam se sentindo. Mas, ao mesmo tempo, suas narrativas também assinalam uma certa percepção sobre as forças que estruturalmente moldam seus sentimentos de incerteza e ansiedade sobre o futuro, bem como suas capacidades concretas de cuidar de si mesmas.

A meu ver, essas narrativas estão enraizadas na natureza disciplinar do discurso neoliberal sobre a busca individual pela felicidade. Como analisam Cabanas e Illouz (2022), na virada do século, verifica-se um processo de individualização e psicologização a partir do qual a felicidade adquiriu maior centralidade nas sociedades capitalistas avançadas. Esse processo cultural e generalizado produziu transformações profundas nos mecanismos tanto políticos quanto sociais relativos à ideia de responsabilização no interior de tais sociedades. A esse respeito, os autores descrevem que:

Essa revolução permitiu que os déficits, as contradições e os paradoxos estruturais dessas sociedades fossem assimilados como atributos psicológicos e responsabilidades individuais. Aspectos como o trabalho passaram a ser cada vez mais entendidos como assunto de ordem de projetos pessoais, criatividade e empreendedorismo; a educação, como área ligada a competências e talentos individuais; a saúde, como questão de hábitos e estilos de vida; o amor, como matéria de identificação e compatibilidade interpessoais; a identidade, como escolha e personalidade; o progresso social, como tema relacionado ao crescimento e desenvolvimento individuais; e assim por diante (Cabanas; Illouz, 2022, p. 82).

Como resultado desse processo, pode-se apontar que o discurso do individualismo foi substituído, ainda que de maneira gradual, pelo discurso da felicidade. Nesse sentido, a felicidade passou a desempenhar um papel destacado nas sociedades capitalistas avançadas, uma vez que passou a ser tomada como um conceito útil para reavivar o individualismo. Sob esse ponto de vista, a noção contemporânea de felicidade tem sido usada para reforçar a responsabilidade dos



indivíduos por seus sucessos e fracassos e transmitir valores e discursos individualistas. Essa relação cada vez mais estreita entre felicidade e individualismo acabou criando uma forte dependência entre ambos.

Em outras palavras, no interior das sociedades capitalistas avançadas, em que o “eu” constitui um valor supremo, a felicidade considerada boa seria aquela concebida como sinônimo de realização pessoal, e o indivíduo seria a ancoragem normativa dessa pressuposição. Nesse sentido, os indivíduos são incentivados a enxergar um ambiente desafiador como uma oportunidade para perseguir seus objetivos pessoais, mesmo quando se trata de um ambiente emocionalmente insalubre.

Esse modo de relação entre felicidade e individualismo minimiza, em larga medida, a importância do papel desempenhado pelas circunstâncias objetivas nas formas de determinação da felicidade. Nesse sentido, atribui-se a natureza da felicidade, primordialmente, a fatores individuais e psicológicos, e presume-se que não são as circunstâncias em si que importam para a felicidade, mas sim a maneira como os indivíduos as percebem individual e subjetivamente. Isto é, apesar dos efeitos das circunstâncias objetivas sobre a felicidade individual, esse tipo de pressuposição considera que o esforço pessoal para mudá-las não compensaria.

Voltando-me para as maneiras como as mulheres lidam com as circunstâncias adversas, suas narrativas revelam, a meu ver, a percepção que elas têm de si mesmas e do mundo. Tais narrativas se estabelecem em torno da ideia de busca individual pela felicidade, a qual pressupõe um indivíduo autocentrado e autodependente. Além disso, a organização das suas experiências individuais parece gravitar em torno da necessidade de realização pessoal e da conquista da felicidade como o objetivo principal a ser alcançado. Nesse sentido, elas pressupõem que a felicidade pode ser mensurável a partir, por exemplo, dos seus sucessos e fracassos (Oliveira; Albino, 2021b).

Trata-se de uma pressuposição que, por conseguinte, leva-as a se depararem com um sentimento de sofrimento, na medida em que se sentem responsabilizadas individualmente pelas consequências que moldam suas vidas. Dessa maneira, pode-se dizer que a determinação da legitimidade ou não de um sofrimento se refere



também a uma questão política, além de clínica. Mais ainda: as maneiras como os sujeitos exprimem, narram e reconhecem o seu sofrimento, ou o escondem, silenciam e criticam, estão ligadas às prescrições de cada momento histórico (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021; Dunker, 2015; Safatle, 2015).

Nesse sentido, gostaria de ressaltar que, como resultado de um complexo processo histórico-social, o neoliberalismo se consolidou, desde os anos de 1980, como um sistema normativo que modificou, de maneira profunda, as diferentes relações sociais (Athanasios, 2021; Brown, 2021; Foucault, 2008). Dessa maneira, a forma de vida neoliberal pressupõe uma gramática de reconhecimento social do sofrimento, bem como uma política específica em relação a ele. Trata-se de uma forma de vida em que o modelo da empresa tornou-se o modo privilegiado de individualização.

Nesse tipo de individualização, os sujeitos devem avaliar e dirigir suas vidas como se fossem uma empresa, o que enfatiza modos de subjetivação cujo modelo de sujeito presume um indivíduo livre, independente e autônomo, sendo ele responsável individualmente pelo seu sofrimento e pela sua felicidade (Caponi; Daré, 2020; Dardot; Laval, 2016; Safatle; Dunker; Silva Junior, 2021; Albino; Oliveira, 2021a). No interior dessa forma de razão, a norma de vida neoliberal se caracteriza sobremaneira

[por impor] sofrimento psíquico àqueles que são tornados responsáveis individualmente pelas suas próprias condições de subsistência. Isto é, os sujeitos são responsáveis apenas por si mesmos, e não pelos outros. Nesse sentido, trata-se de se tornar autossuficiente no sentido econômico, mesmo quando as condições não garantem qualquer autossuficiência. Nessa racionalidade neoliberal, essa norma da autossuficiência tem sido concebida como uma ideia propriamente moral. Na medida em que não conseguem se adequar à essa norma, os sujeitos se tornam dispensáveis e, por conseguinte, são confrontados com certo tipo de moralidade política, isto é, uma moralidade que trabalha para estabelecer a privatização do cuidado como um modelo [marcante das sociedades capitalistas avançadas] (Albino; Oliveira, 2021, p. 250).

Nesse sentido, o neoliberalismo tem efeitos que atuam diretamente na produção e gestão do sofrimento. Ao levantar a questão do neoliberalismo como produtor e gestor do sofrimento psíquico, uma vez que ele não apenas produz tal sofrimento, como também o gerencia, busca-se ressaltar como a forma de vida neoliberal extrai



mais produção, bem como mais gozo da experiência do sofrimento. Daí porque se pode dizer que:

Não é um mero acaso que a ascensão do neoliberalismo nos anos 1970 tenha sido acompanhada pela reformulação brutal da gramática do sofrimento psíquico através da hegemonia do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*, em sua terceira edição (DSM-III). Há relações profundas entre os experimentos de engenharia social do neoliberalismo e a reconstrução das estruturas categoriais clínicas, reconstrução que se expressa, principalmente, com o apagamento das neuroses, com a hegemonia da depressão, com a redução da psicose à forma unitária da esquizofrenia, com a consolidação dos transtornos *bordeline* e, finalmente, com a substituição da clínica tradicional, restrita ao tratamento de doenças, pela lógica do *enhancement*, que começa a explorar cada vez mais os fármacos, inicialmente concebidos para o sofrimento psíquico, em um novo objetivo, aquele da potencialização de performances no trabalho." (Safatle; Dunker, Silva Junior, 2021, p. 10).

Isso resultou, por exemplo, em uma relação entre felicidade e funcionalidade, de modo que tem sido cada vez mais disseminada e legitimada a ideia de que a infelicidade seria sinônimo de vida disfuncional e a felicidade de vida funcional, isto é, a linguagem da funcionalidade passou a ser apropriada pela linguagem da felicidade. Com a expansão dessa ideia, as pessoas que não se esforçam o bastante para viver e se sentir melhor passaram a se considerar insuficientes e disfuncionais (Cabanas; Illouz, 2022).

A meu ver, essa circunstância também está ligada às dinâmicas que caracterizam a crise política global atual. Como Fraser (2017) ressalta, até o início do século XXI, o neoliberalismo progressista era politicamente dominante. Constituído a partir de uma combinação entre um programa de caráter expropriativo e plutocrático e uma política de reconhecimento de caráter liberal e meritocrática, o neoliberalismo progressista pressupõe a liberalização e a globalização da economia capitalista, ou, mais precisamente, a financeirização, isto é:

o desmantelamento das barreiras e proteções para a livre circulação do capital; a desregulamentação dos bancos e a bolha das dívidas predatórias; desindustrialização, enfraquecimento dos sindicatos e propagação de trabalho precário e mal remunerado (Fraser, 2017, p. 46).



Como um dos resultados da política progressista neoliberal de reconhecimento, pode-se assinalar a redução da igualdade à meritocracia. Interessa-me ressaltar esse aspecto em particular porque ele está ligado, a meu ver, às condições sociais, econômicas e culturais neoliberais mais amplas que têm possibilitado que discursos meritocráticos de felicidade criem raízes na vida cotidiana dos sujeitos.

Considerações

Neste artigo, ao me voltar para as dinâmicas sociais, econômicas e culturais neoliberais, assinalei que o século XX foi marcado por uma hegemonia capitalista constituída pela combinação da distribuição e do reconhecimento, dois componentes normativos que ainda são essenciais nas sociedades contemporâneas. Ao desdobrar a análise dessas dinâmicas, ressaltei que, ao menos desde os anos 1980, essa combinação tem exigido uma conceitualização que considere também a natureza disciplinar característica do discurso neoliberal sobre a responsabilidade individual pela felicidade e pelo sofrimento. No contexto desse discurso, emergem determinadas prescrições relativas às maneiras específicas como os sujeitos devem narrar e reconhecer certas modalidades de sofrimento. Nesse sentido, a determinação da legitimidade ou não do sofrimento se apresenta como uma questão também política, além de clínica.

Referências

ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara Gomes. 2021a. “Neoliberalismo e saúde pública”. In: ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara Gomes. (orgs.). *Saúde e políticas da vida*. Recife: Editora Seriguela, p. 17-44.

ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara Gomes. 2021b. “O governo neoliberal das vidas precárias”. In: ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara, MELO, Mariana. (orgs.). *Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios*. Recife: Editora Seriguela, p. 245-272.

ATHANASIOU, Athena. 2021. “Estados de emergência, modos de emersão: Atuações críticas de ‘o povo’ em tempos de crise”. In: ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara; MELO, Mariana (orgs.). *Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios*. Recife: Editora Seriguela, p.153-196.



BUTLER, Judith. 2016. "Meramente cultural". *Ideias*, 7(2), p. 227-248.

BROWN, Wendy. 2021. "O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas 'democracias' do século XXI". In: ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara; MELO, Mariana (orgs.). *Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios*. Recife: Editora Seriguela, p. 91-150.

CAPONI, Sandra; DARÉ, Patricia. K. 2020. "Neoliberalismo e sofrimento psíquico: A psiquiatrização dos padecimentos no âmbito laboral e escolar". *Mediações — Revista de Ciências Sociais*, 25(2), p. 302-320.

CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. 2022. *Happycracia: fabricando cidadãos felizes*. São Paulo: Ubu Editora.

DUNKER, Christian. 2015. Introdução. DUNKER, Christian. *Mal-estar, sofrimento e sintoma*. São Paulo: Boitempo, p. 19-46.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. "A fábrica do sujeito neoliberal". DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy. 2017. "Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo: uma resposta a Judith Butler". *Ideias*, 8(1), p. 277-294.

FRASER, Nancy. 2018. "Do neoliberalismo progressista a Trump — e além". *Política & Sociedade*, Florianópolis, 17(40), p. 43-64.

FRASER, Nancy. 2022. "Da destruição ao reconhecimento: dilemas da justiça em uma era pós-socialista". In: FRASER, Nancy. *Justiça interrompida: reflexões críticas sobre a condição "pós-socialista"*. São Paulo: Boitempo, p. 27-57.

OLIVEIRA, Jainara Gomes. 2022. Saúde mental, regimes de visibilidade e políticas de reconhecimento entre mulheres maduras que se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres. In: OLIVEIRA, Esmael Alves (org.). *Diálogos contemporâneos sobre corpo(s) Sujeito(s) e Saúde*. Salvador: Segundo Selo, p. 69-91.

OLIVEIRA, Jainara Gomes. 2021. Saúde, responsabilização e moralidade política em tempos de racionalidade neoliberal. In: ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara (org.). *Saúde e políticas da vida*. Recife: Seriguela, p. 47-74.



OLIVEIRA, Jainara Gomes. 2022. *Políticas de reconhecimento e sofrimento psíquico entre mulheres*. Projeto de Pós-doutorado. PPGANT/UFGD.

OLIVEIRA, Esmael Alves; OLIVEIRA, Jainara Gomes (orgs.). 2024. *Leituras contemporâneas sobre gênero e sexualidade*. Campinas: Pontes.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian (orgs.). 2021. Introdução. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021, p. 9-13.

SAFATLE, Vladimir. 2015. Prefácio. In: DUNKER, Christian. 2015. *Mal-estar, sofrimento e sintoma*. São Paulo: Boitempo, p. 9-12.